

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Envolvimento estratégico indiano no Sudeste Asiático

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 203 • 14 de Junho de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata INS "Satpura" da Marinha Indiana](#)

Por: Especialista em Comunicações da Marinha Estadunidense James R. Evans

Fonte: Wikimedia

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Baretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Python Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Insegurança alimentar na Colômbia.....	5	A parceria Seul-Washington no setor naval.....	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Duas eleições, duas fronteiras, um desejo: controlar as migrações	6	Modi 3.0: perspectivas e desafios	13
Aprofundamento da cooperação Estados Unidos-Noruega no setor mineral.....	7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Envolvimento estratégico indiano no Sudeste Asiático	14
Seychelles e o papel da cooperação regional no combate à pirataria	7	Indonésia: novo objetivo da <i>Naval Group</i> no Sudeste da Ásia	15
EUROPA		TEMAS ESPECIAIS	
Fronteiras em Gibraltar: resolução ou potencial fator de crises futuras?	8	Refugiados climáticos: informalidade e contingência.....	16
Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem a condição do Estado Palestino	9	ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA	
RÚSSIA & Ex-URSS		O Dragão no Deserto: a projeção chinesa nos Estados Árabes.....	10
Novos desdobramentos das sanções europeias ao GNL russo.....	11	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
		Calendário Geocorrente.....	
		Referências.....	
		Mapa de Riscos.....	
		17	
		17	
		18	
		19	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Kaike Mota



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

Insegurança alimentar na Colômbia

Bruna da Silveira Eloy

De acordo com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), a insegurança alimentar na Colômbia persiste, apesar dos esforços nacionais e internacionais para reduzi-la. Em 2023, a taxa no país foi de 25%, uma redução em relação aos 30% registrados em 2022. Diante disso, questiona-se: quais são as principais causas desse problema, e como elas estão relacionadas à desigualdade socioeconômica e à questão de segurança no país?

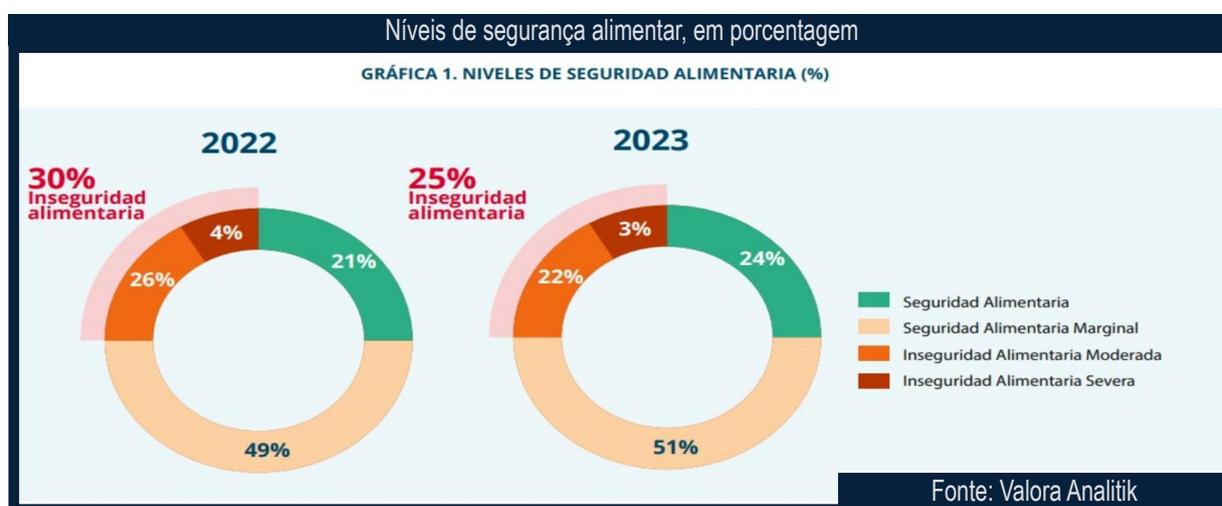
A Colômbia ingressou em 2023 na lista de países com insegurança alimentar aguda, segundo a Rede Global Contra Crises Alimentares (GNAFC, em inglês) e outras agências da ONU. Essa inclusão reflete um desafio significativo, especialmente considerando-se que cerca de 3% da população residente e 62% da população migrante ou refugiada colombianas enfrentam graves níveis de privação alimentar. A persistência dessa situação está intrinsecamente ligada à pobreza extrema que afeta parte significativa da população. Conforme dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística, mais de 6,1 milhões de colombianos viviam nessa situação em 2022. Além disso, a acentuada desigualdade socioeconômica no país agrava esse cenário, dificultando o acesso dos mais vulneráveis a oportunidades de emprego e geração de renda e, por conseguinte, a uma alimentação adequada.

As áreas rurais, em situação de vulnerabilidade devido ao subdesenvolvimento socioeconômico e à

carência de infraestrutura, enfrentam dificuldades para garantir acesso adequado da população à alimentação. Segundo o Instituto Nacional de Saúde colombiano, em 2023 aproximadamente 70% das mortes infantis por desnutrição ocorreram nessas regiões, evidenciando-se a disparidade entre zonas urbanas e rurais.

Os programas implementados pelo governo colombiano, como o Programa de Alimentação Escolar, o Programa de Alimentação do Trabalhador e o Programa de Acesso e Abastecimento de Alimentos, buscam atenuar essa situação. No entanto, a eficácia das políticas públicas é desafiada por conflitos armados, grupos criminosos e atividades do narcotráfico, que atuam violentamente contra a população. Ademais, os eventos climáticos extremos provocados pelos fenômenos *El Niño* e *La Niña* impactam significativamente na produção agrícola, na distribuição e, conseqüentemente, na disponibilidade de alimentos. Essa conjuntura de violência e instabilidade sociopolítica prejudica o acesso a serviços sociais, agravando a situação de vulnerabilidade das populações.

Em síntese, a problemática da insegurança alimentar na Colômbia é complexa e evidencia a necessidade premente de intervenções coordenadas e políticas públicas abrangentes. A interligação entre pobreza, desigualdade, conflitos armados e fenômenos climáticos extremos demanda uma abordagem multifacetada e sustentável, com apoio internacional para que se enfrente esse desafio de maneira eficaz.



Duas eleições, duas fronteiras, um desejo: controlar as migrações

Victor Cabral

O Panamá e a República Dominicana elegeram, em maio de 2024, presidentes defensores do controle migratório. A preocupação do panamenho José Raúl Mulino é reforçar a segurança na Selva de Darién, localizada na fronteira com a Colômbia, por onde mais de 520 mil pessoas teriam passado em 2023 para cruzar o continente rumo aos Estados Unidos (EUA) e ao Canadá. Já o presidente dominicano reeleito, Luis Abinader, quer construir um muro na fronteira com o Haiti para impedir a entrada dos migrantes em fuga da espiral crescente de violência que derrubou o primeiro-ministro Ariel Henry e consolidou o poder das gangues ([Boletim 198](#)). Assim, é lícito questionar se as medidas que os mandatários pretendem tomar podem ter êxito.

José Raúl Mulino venceu as eleições no Panamá em 05 de maio, com 35% dos votos. Ex-ministro da Segurança, Mulino substituiu nas urnas o ex-presidente Ricardo Martinelli, condenado por lavagem de dinheiro que, atualmente, é asilado político na embaixada da Nicarágua. Mulino defende o fechamento da Selva de Darién, que se tornou uma das mais importantes rotas migratórias de sul-americanos e caribenhos para a América do Norte. Venezuelanos, equatorianos, haitianos e chineses lideram esse fluxo, que preocupa os EUA, onde as migrações são protagonistas do debate — especialmente no ano eleitoral de 2024.

Na República Dominicana, Luis Abinader foi reeleito com 57% dos votos em 19 de maio. Ele possui respaldo popular pela ampla e célere vacinação contra a COVID-19, que refletiu na contundente retomada econômica baseada na indústria do turismo. Abinader elevou o PIB nominal e o PIB per capita do país, obtendo elogios do Fundo Monetário Internacional, apesar da pressão inflacionária em 2021 e 2022. Nas migrações, defende a construção de um muro na fronteira com o Haiti, visando impedir a entrada de migrantes. A violência no país vizinho deslocou 360 mil pessoas internamente, acarretando na deportação de 13 mil haitianos, apenas em março de 2024, pelas autoridades dominicanas. O governo Abinader é acusado de violar direitos humanos, com denúncias de agressão e violência sexual contra haitianos praticadas pelas forças de segurança.

Os eleitos importaram o discurso estadunidense de controle migratório e de muros nas fronteiras. Ambos lidarão com crises humanitárias que não se resolvem simplesmente com o impedimento do movimento, mas com ações na causa da mobilidade. Quanto maior o número de migrantes, maior a violência que pode ocorrer nas fronteiras, ampliando-se denúncias contra seus governos em meio a problemas evitáveis e em nome de um discurso estrangeiro com interesses eleitorais em novembro de 2024 nos EUA.



Um Memorando de Entendimento foi assinado entre os Estados Unidos (EUA) e a Noruega em abril para aprofundar a cooperação bilateral no mercado de minerais críticos. Afirma-se que as partes buscam promover elevados padrões ambientais e de trabalho nas cadeias globais de abastecimento, contornando também a dependência externa que ambos têm no setor. Isso se deve ao movimento observado na última década por parte de países ocidentais para reduzir dependências diante do fornecimento chinês de insumos. Também por isso, as relações entre os EUA e a Noruega no campo mineral se aprofundam expressivamente há alguns anos. Em 2023, o país nórdico foi recepcionado pela Parceria de Segurança Mineral (MSP, em inglês), iniciativa dedicada a aumentar a segurança do mercado mineral e que hoje conta com 14 países que buscam reduzir sua dependência externa.

No caso abordado, há ainda a expectativa de obtenção de recursos extraídos da plataforma continental norueguesa. Em janeiro de 2024, o Parlamento do país aprovou que se iniciasse a emissão de licenças de exploração científica para que, posteriormente, projetos comerciais *offshore* pudessem ser propostos. Abriu-se uma área de 281.000 km² (aproximadamente a área da Itália) para exploração em sua plataforma continental, após divergência da comunidade científica, de organismos internacionais e do Ministério do Clima e Meio Ambiente norueguês, devido aos possíveis impactos provocados no ambiente

marinho.

Neste íterim, a *UK Seabed Resources* (UKSR), antiga subsidiária da empresa armamentista *Lockheed Martin*, foi vendida para a norueguesa *Loke Marine Minerals*. Os Estados Unidos nunca ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, 1982) e, portanto, não podem requerer licenças de exploração à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, em inglês). Contudo, os projetos britânicos possuíam uma empresa estadunidense como responsável. A UKSR é detentora de duas licenças na Zona Clarion-Clipperton (CCZ, em inglês) do Oceano Pacífico, região de 4,5 milhões de km² abundante em nódulos polimetálicos. Possui também participação de 19,9% na *Ocean Mineral Singapore*, subsidiária da *Keppel Corporation* de Singapura, também com licença na CCZ.

A demanda crescente por minerais críticos é principalmente impulsionada pela transição energética, altamente dependente desses recursos para a fabricação de equipamentos geradores de energia limpa, tais como torres e turbinas eólicas, painéis solares e componentes eletrônicos. Todavia, os objetivos de descarbonização das economias devem adotar também precaução ao expandir a indústria mineral, para que a extração e o refino desses recursos não sejam danosos ao ambiente, especialmente no contexto de expansão das fronteiras produtivas para o leito oceânico.

DOI 10.21544/2446-7014.n203.p07.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Seychelles e o papel da cooperação regional no combate à pirataria

Franco Alencastro

Onúncio de um confronto entre a Guarda Costeira da República de Seychelles e um grupo de piratas somalis, no dia 27 de janeiro de 2024, não repercutiu de forma significativa no noticiário internacional. Esse acontecimento serve, no entanto, para salientar alguns fatos notáveis sobre o estado das atividades de combate à pirataria e suas perspectivas futuras. Assim, questiona-se, nesse contexto, quais são as potencialidades geradas pela cooperação internacional, as capacidades dos pequenos estados insulares e a evolução das atividades de pirataria na região do Chifre da África.

O confronto envolveu o sequestro do navio de pesca cingalês “Lorenzo Putha 04” por três piratas somalis, que entrou no Mar Territorial da República de Seychelles e

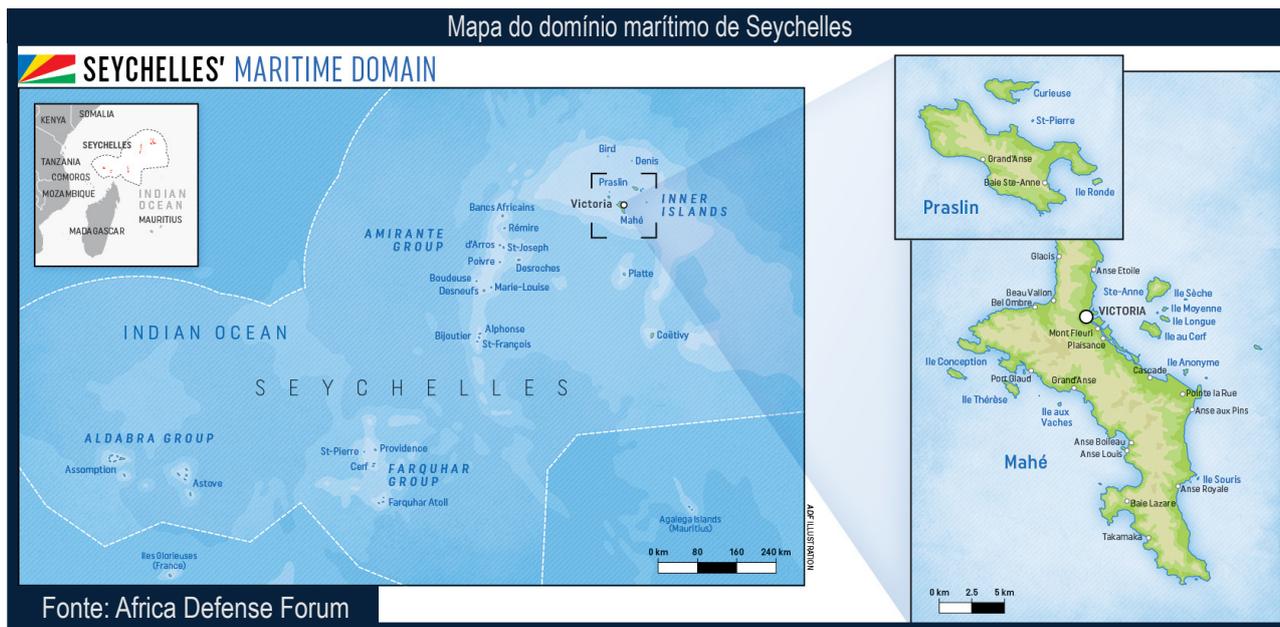
foi então interceptado por uma embarcação da Guarda Costeira do país. Esse evento não chega a ser inédito, visto que, após alguns anos de retração das atividades de pirataria nos arredores da Somália, foram registradas oito ocorrências do tipo na região, um reflexo do transbordamento da insegurança.

A República de Seychelles é o menor país da África em população e o quarto menor PIB do continente (estando acima apenas de Guiné-Bissau e dos também insulares São Tomé e Príncipe e Comores). Tendo-se esses dados em mente, a atuação decisiva da Guarda Costeira de Seychelles pode parecer uma surpresa, mas ela é, efetivamente, o resultado de uma densa rede de cooperação internacional. A atuação da Guarda Costeira

não foi isolada, visto que contou, por exemplo, com a assistência do Centro de Segurança Marítima do Chifre da África — organizado pela União Europeia — das Forças Marítimas Combinadas, uma iniciativa de cooperação da Marinha dos Estados Unidos com suas análogas regionais — sobretudo, do Centro Regional para Coordenação Operacional, que reúne as Marinhas de sete Estados do Oceano Índico.

A vasta extensão do Oceano Índico e dos mares do Chifre da África, por si só, já torna a cooperação internacional um elemento importante para a segurança marítima regional. Somada à presença de atores que

por vezes possuem meios limitados, essa cooperação internacional se torna indispensável para o sucesso no combate aos ilícitos marítimos. Quando a troca de informações e meios materiais se consolida, os Estados insulares como as Seychelles podem passar de potenciais elos fracos na cadeia de segurança a atores eficientes de segurança coletiva. O evento em questão evidencia a relevância da institucionalização de estruturas de cooperação para o monitoramento de ilícitos e para uma atuação eficiente de atores envolvidos, com foco na segurança marítima regional.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p07-08.

EUROPA

Fronteiras em Gibraltar: resolução ou potencial fator de crises futuras?

Guilherme Carvalho

Ao extremo sul da Espanha, onde o Mar Mediterrâneo encontra o Atlântico Norte, localiza-se Gibraltar, um dos remanescentes territórios ultramarinos britânicos. Desde o anúncio do *Brexit* em 2018, a região voltou a ser foco de intensos debates sobre suas fronteiras e soberania (Boletim 146). Os avanços nas negociações indicam um futuro promissor para a questão fronteiriça, mas levantam um questionamento: um acordo sobre Gibraltar poderá ter reflexos na soberania e no controle do Reino Unido em outros territórios e fronteiras compartilhadas?

Desde 1713, Londres mantém controle firme sobre Gibraltar, causando fricções persistentes com a Espanha, que reivindica o território. As tensões aumentaram com o *Brexit*, já que 96% dos gibraltinos votaram contra a saída da União Europeia (UE), preocupados com os impactos econômicos (Boletim 95). Gibraltar depende da livre

circulação dentro da UE e temia que um *Brexit* rígido, com controles rigorosos na fronteira com a Espanha, ameaçasse sua estabilidade econômica. O acordo entre Reino Unido e UE não incluiu as questões fronteiriças de Gibraltar, que vêm sendo gerenciadas por acordos *ad hoc*.

As negociações atuais indicam pontos importantes a ser desenvolvidos, como a remoção da fronteira física na região e a transferência dos postos de controle alfandegário e fronteiriço para o aeroporto e os portos da península. Essa proposta, embora conte com forte apoio da população local e seja defendida pelo secretário das Relações Exteriores David Cameron, enfrenta resistência na política britânica. Setores do Partido Conservador estão preocupados com a possibilidade de Gibraltar ter que se alinhar a algumas

regras do mercado único da UE devido à fronteira aberta e rejeitam a ideia de envolvimento do Tribunal de Justiça da UE como árbitro. Em resumo, há um temor de reativação de debates e tensões em outros territórios ultramarinos e fronteiras compartilhadas, como as Malvinas/Falklands e a Irlanda do Norte.

Dado o grande apoio da população de Gibraltar em se manter parte do Reino Unido e a bem-vinda facilitação de circulação oriunda da remoção dos postos de fronteira terrestres, é improvável que um futuro acordo deteriore as relações da região com Londres. No entanto,

é importante notar que arranjos sendo definidos indicam que Downing Street está disposta a reconsiderar questões fronteiriças de longa data, em uma região que é foco de tensões seculares sobre soberania territorial. Isso pode significar espaços para debates em outros pontos de atrito territoriais britânicos. Porém, o longo tempo das negociações demonstra os aspectos críticos de acordos dessa magnitude, indicando que não serão processos automáticos, mas sim analisados individualmente, caso ocorram.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p08-09.

Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem a condição do Estado Palestino

Amanda Maciel Fraga Monteiro

Após sete décadas de conflitos e permanentes controvérsias entre o Estado de Israel e o povo palestino, no dia 28 de maio de 2024 os holofotes da comunidade internacional voltaram-se para o norte quando três chefes de Estado europeus reconheceram a existência legítima de um Estado da Palestina: Espanha, Irlanda e Noruega. Com isso, uma questão fica: no tabuleiro internacional, o que isso significa?

O reconhecimento por parte desses três Estados está associado às suas políticas internas, ou seja, não constitui uma voz única da Europa ou mesmo da União Europeia (UE) — no caso de Espanha e Irlanda, considerando-se que a Noruega não faz parte do bloco —, mas ainda transborda influência na conjuntura mundial no tema. Embora muitos países reconheçam a causa palestina, poucas nações ocidentais o fazem. Por

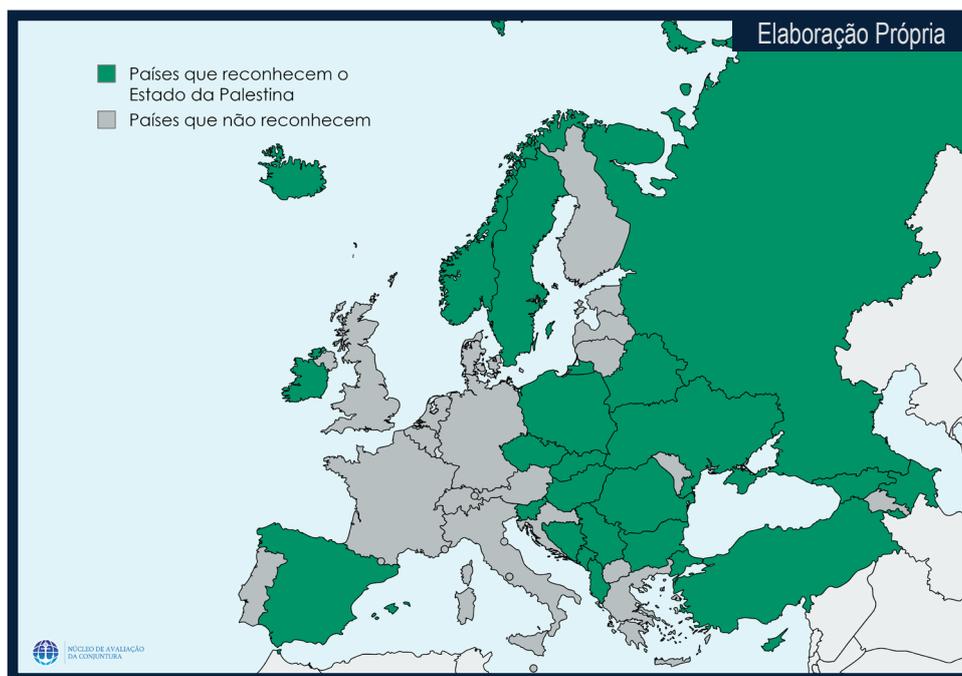
exemplo, dos 27 Estados membros da UE, apenas 12 reconhecem o Estado Palestino, sendo os pioneiros desse movimento as ex-repúblicas soviéticas, quando ainda faziam parte da antiga URSS. Sendo assim, a ação desses países europeus, além de seu peso político e simbólico, traz consigo uma ruptura com o *status quo* vigente há décadas, impulsionando um possível redirecionamento dos ventos ocidentais a favor do reconhecimento do Estado Palestino em meio ao atual conflito. Como definido por Jonas Stores, primeiro-ministro da Noruega, o reconhecimento de dois Estados nesse conflito é a única maneira para se alcançar a paz.

Além da influência a longo prazo, o reconhecimento da Palestina pelos três Estados supracitados também gerou consequências imediatas. Israel classificou tal ação como recompensa ao terrorismo e ordenou o retorno

dos respectivos embaixadores israelenses para consultas, mas não cortou relações de forma abrupta. No âmbito do Direito Internacional, o reconhecimento por parte de Espanha, Irlanda e Noruega intensifica a pressão diplomática sobre Israel logo após dois tribunais internacionais terem pedido o fim das operações no sul de Gaza e acusado o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, de crimes de guerra. Desse modo, por mais que essas ações não mudem a realidade do campo de batalha, os três países fazem uma jogada

diplomática que esperam ser adotada por outros Estados, como o caso da Eslovênia, país da UE que seguiu o exemplo e declarou dias depois seu reconhecimento do Estado da Palestina.

Em conclusão, o reconhecimento do Estado Palestino por Espanha, Irlanda e Noruega, ao ser analisado em um escopo mais amplo e abrindo mão da sua interpretação apenas simbólica, permite uma observação mais complexa e eficaz da influência dos posicionamentos estatais no complexo tabuleiro internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p09-10

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

O Dragão no Deserto: a projeção chinesa nos Estados Árabes

Maria Clara Schneider

O Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF, em inglês), formado há 20 anos, representa a maior iniciativa chinesa de aproximação ao Oriente Médio e Norte da África. De acordo com a Administração Geral de Alfândegas chinesa, desde a criação do Fórum até 2023 o volume total de comércio de mercadorias entre Pequim e a Liga Árabe teve um aumento de 821%. Nesse contexto, no dia 30 de maio ocorreu em Pequim a 10ª conferência ministerial do CASCF, que reuniu representantes dos 22 membros da Liga, o presidente chinês Xi Jinping e os chefes de Estado de Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos e Tunísia. Frente a isso, questiona-se como o CASCF contribui para a projeção chinesa na região.

A conferência resultou no plano de execução do CASCF para 2024-2026, na “Declaração de Pequim” e em uma declaração conjunta sobre a questão

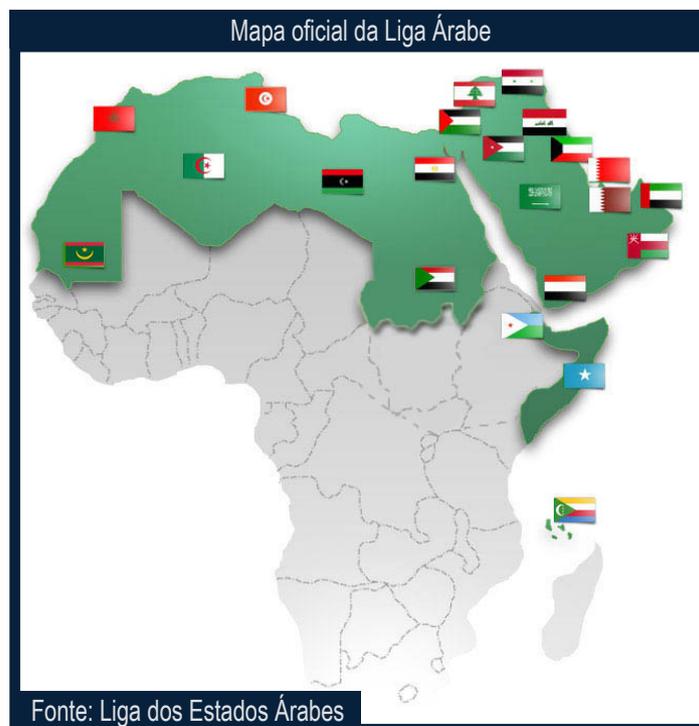
palestina. O plano de execução consiste em uma série de documentos de cooperação bilateral e multilateral com os países participantes e o secretariado-geral da Liga, com destaque para os setores econômico, político, energético (petróleo, gás e renováveis) e de infraestrutura, bem como em investimentos de grande escala na região. É importante ressaltar que muitos países da Liga participam da Iniciativa Cinturão e Rota, da China, e já vêm intensificando suas relações com Pequim ([Boletim 188](#)). Nesse sentido, sobressai-se o fato de os planos da conferência serem pouco concretos, soando como promessas.

À projeção chinesa na região, soma-se o apoio à causa palestina. Nesse âmbito, Xi Jinping anunciou US\$ 69 milhões em ajuda humanitária para Gaza e US\$ 3 milhões para a Agência da ONU para Refugiados Palestinos. Pequim vem se dedicando à posição de

mediadora diplomática, vide sua participação no acordo de reconciliação histórico entre Arábia Saudita e Irã, assinado no ano passado ([Boletim 179](#)). Ainda, Pequim sediou conversas entre os grupos palestinos rivais Hamas e Fatah em abril e deve sediar uma segunda rodada no meio de junho. Apesar dos notáveis esforços, a projeção chinesa na região não cresce na velocidade esperada e ainda é muito limitada a transações comerciais e relações diplomáticas amigáveis, destacando-se mais

em algumas conexões bilaterais, como com a Arábia Saudita.

Em suma, ao excluir o montante destinado à Palestina, a 10ª conferência ministerial do CASCF não apresentou mudanças relevantes para a dinâmica regional árabe, mas tem potencial para intensificar os investimentos chineses em alguns setores específicos. Ainda assim, a projeção da China é crescente e visa ao protagonismo na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p10-11.

RÚSSIA & EX-URSS

Novos desdobramentos das sanções europeias ao GNL russo

Luiza G. Guitarrari

O gás natural liquefeito (GNL) é considerado um energético-chave para garantir a segurança no abastecimento de países importadores de gás. Diferentemente do gás natural, o GNL é comercializado em escala global pelo modal marítimo, o que viabiliza seu escoamento por diferentes rotas. Para a União Europeia (UE), tal facilidade pode ser traduzida na expansão de terminais que contribuem para a criação de rotas alternativas aos gasodutos russos. Todavia, o recurso não figura no pacote de sanções da UE, de modo que a Rússia ainda fornece 16% de GNL ao bloco, além de 25–30% que são recarregados em portos da região para reexportação. Nesse panorama, de que modo sanções ao energético russo podem afetar sua comercialização na UE?

Europeia propuseram sanções às atividades de recarregamento e transbordo de GNL russo em portos europeus com destino a países terceiros. A proposta permite aos Estados da UE manter a importação do energético russo para satisfazer sua demanda energética, mas limita a reexportação de remessas russas através do bloco. A proibição pode igualmente afetar empresas europeias, a exemplo da *Total Energies*, que realiza o transbordo de 1 milhão de toneladas/ano de GNL russo para terminais na França.

No que tange ao impacto financeiro, a imposição da sanção limitaria US\$ 2,16 milhões/ano em receitas, o que representa ¼ dos lucros do comércio de gás russo. No âmbito logístico, uma opção seria realizar o transbordo em águas russas e/ou internacionais, além de afretar navios alternativos para transportar o GNL através do

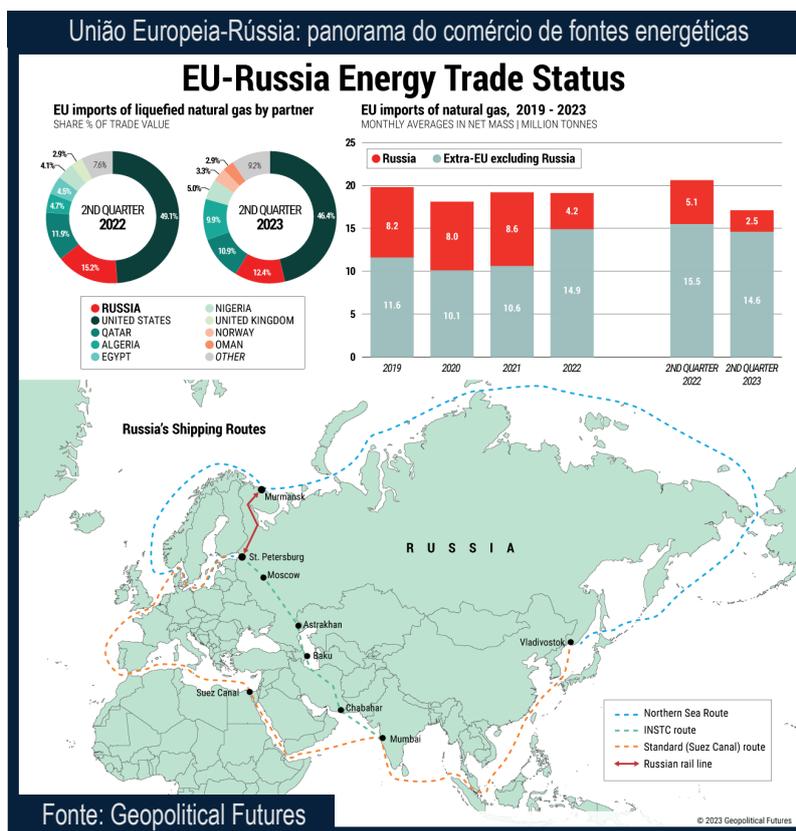
Em maio de 2024, embaixadores da Comissão

Oceano Ártico com destino a Ásia, o que, por outro lado, aumentaria a demanda por navios quebra-gelo e o tempo de navegação.

Contudo, a proposta pode ser revogada caso não seja aprovada por unanimidade pelos 27 Estados membros da UE, e a Hungria já sinalizou ser contrária. O país é altamente dependente das exportações russas, importando um volume estimado em 4,5 mcm/ano de gás, sendo isso uma condição que poderá influenciar a agenda de sua presidência da União Europeia, prevista

para iniciar em julho de 2024. No entanto, caso a Hungria dificulte a proibição, países como a Suécia já anunciaram que poderão adotar medidas unilaterais para bloquear as importações de GNL russo.

Em suma, a proibição, embora incipiente, pode indicar um caminho de eliminação progressiva das importações de GNL russo centrada, primeiramente, em inibir a capacidade russa de manter contratos de longo prazo com empresas europeias e limitar receitas.



DOI 10.21544/2446-7014.n203 p.11-12.

LESTE ASIÁTICO

A parceria Seul-Washington no setor naval

Em fevereiro de 2024, o secretário da Marinha dos Estados Unidos (EUA), Carlos Del Toro, visitou estaleiros na Coreia do Sul e no Japão para buscar aprofundar as relações entre as indústrias navais dos três países. Além do fortalecimento dos laços, a visita de Del Toro pretende estabelecer medidas práticas, como investimento sul-coreano nos estaleiros inativos dos EUA. Esse movimento mostra a força da indústria naval sul-coreana na atual conjuntura, uma vez que a *HD Hyundai Heavy Industries* é atualmente a maior empresa de construção naval do mundo. Nesse sentido, como esse setor pode favorecer geopoliticamente Washington e Seul?

Maria Fernanda Császár Lima Ferreira

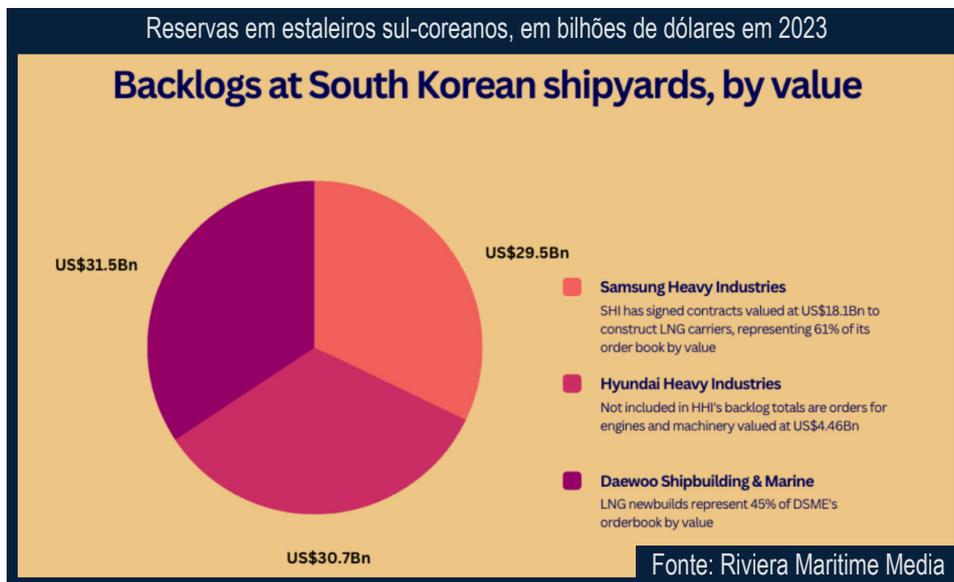
Em termos globais, até o último trimestre de 2023 a indústria naval sul-coreana se encontrava em segundo lugar no ranking de pedidos globais, atrás somente da China. No entanto, no início de 2024, o Ministério do Comércio, Indústria e Energia sul-coreano informou que pedidos de construção naval da Coreia do Sul no primeiro trimestre representaram US\$ 13,6 bilhões, ultrapassando os pedidos chineses, de US\$ 12,6 bilhões. Além de ter assumido a liderança em pedidos globais, a *HD Hyundai Heavy Industries* também desenvolve uma série de projetos de alta tecnologia, como o contratorpedeiro de nova geração “KDDX” e o submarino “Shin Chae-ho” ([Boletim 201](#)). Se, por um

lado, a China se destaca por sua produção em grande quantidade e a preços muito competitivos, por outro, a Coreia do Sul tem conquistado nichos de alto retorno, como a produção de navios de alto valor agregado que contam com tecnologias de ponta — como navios de transporte de gás natural liquefeito (GNL).

Para os Estados Unidos, ter um parceiro estratégico tão bem-consolidado no setor naval é fundamental para suas ambições na Ásia. Desde 2017, com a ascensão de Donald Trump à presidência, as tensões entre Pequim e Washington aumentaram cada vez mais. A guerra comercial travada entre as duas maiores economias globais é um fenômeno que tem impactado principalmente a esfera marítima do comércio. Nesse sentido, o fortalecimento da indústria naval estadunidense seria mais uma forma de Washington se contrapor à preponderância chinesa. Enquanto os EUA

possuem apenas 0,13% da construção naval global, a China domina cerca de 50% desse mercado. Diante disso, uma estratégia que os EUA encontraram foi a aproximação com seus principais parceiros asiáticos, Coreia do Sul e Japão, ambos reconhecidos por suas indústrias navais dinâmicas.

Em suma, a parceria naval entre Coreia do Sul e Estados Unidos se mostra especialmente vantajosa para as duas nações. Para Seul, a aproximação com Washington será vantajosa na medida em que fortalecerá a já bem estabelecida indústria sul-coreana. Por outro lado, no contexto de disputa com a China, os EUA devem buscar formas de balancear o poder naval chinês. Vale observar o quanto dessa parceria se desenvolverá nos próximos anos, especialmente com as eleições estadunidenses se aproximando.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p12-13.

SUL DA ÁSIA

Modi 3.0: perspectivas e desafios

Entre 19 de abril e 4 de junho de 2024, o povo indiano foi às urnas escolher seus representantes para a câmara baixa do Parlamento. Com mais de 640 milhões de votos, o *Bharatiya Janata Party* (BJP), partido do primeiro-ministro Narendra Modi, conquistou a maioria, junto com sua coalizão, a Aliança Nacional Democrática (NDA, sigla em inglês). Apesar de ser o partido mais votado, o BJP garantiu 240 assentos, 63 a menos do que nas eleições de 2019 — o que demonstra um enfraquecimento do partido de Modi após dez anos no poder ([Boletim 95](#)). Nesse sentido, cabe questionar quais serão as possíveis consequências para um terceiro mandato de Modi e do BJP à frente do governo indiano.

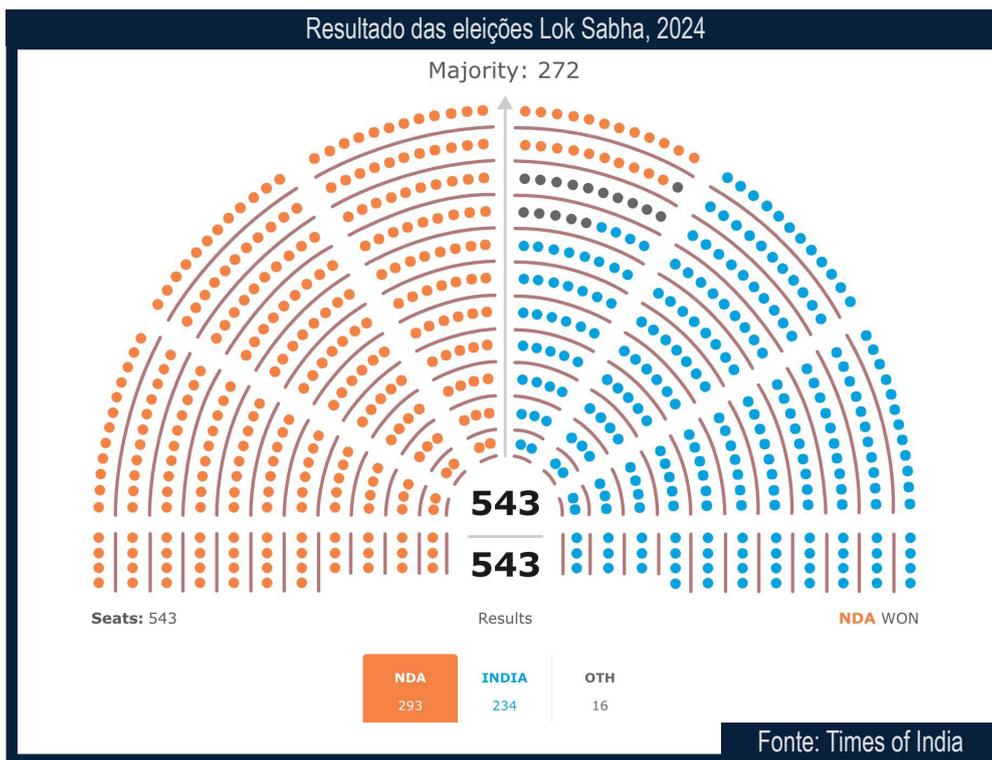
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Apesar da popularidade de Modi, a política doméstica de seus dois mandatos foi marcada por discriminação sistemática e estigmatização de minorias religiosas. A ideologia do nacionalismo Hindu, parte da agenda política do BJP, é refletida nas instituições, incluindo o sistema judiciário e autoridades constitucionais. Além disso, durante o último mandato as autoridades intensificaram os esforços para silenciar ativistas da sociedade civil e jornalistas independentes. Os próximos cinco anos serão preocupantes para o status democrático do país, bem como para a segurança de minorias religiosas, ameaçada pela agenda nacionalista Hindu, que é cada vez mais presente nos discursos oficiais.

Para a conjuntura internacional, este mandato provavelmente seguirá a mesma linha dos últimos dez anos: uma política externa pragmática, buscando revitalizar a segurança econômica e militar do país. É esperado que o governo continue avançando a agenda militar, de modo a fortalecer a indústria nacional de defesa ([Boletim 195](#)), muito por conta de seu complicado entorno, sendo China e Paquistão as principais preocupações. Modi deverá, ainda, reforçar a posição da Índia como líder do Sul Global, promovendo a cooperação com outras nações em desenvolvimento e ampliando a influência indiana em organismos

multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Quad e o G20.

Em suma, o terceiro mandato de Modi representa uma continuidade em várias frentes, mas traz desafios e preocupações significativos. Enquanto o presidente provavelmente manterá uma política externa pragmática, questões internas, como a discriminação contra minorias religiosas e a repressão a ativistas e jornalistas, continuam a lançar sombras sobre o caráter democrático do país. Contudo, os impactos global e local de seu terceiro mandato dependerão de como ele lidará com esses desafios internos e externos.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p13-14

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Envolvimento estratégico indiano no Sudeste Asiático

Gabriela Santos

Ao longo da última década, a Índia vem expandindo gradualmente sua influência no Indo-Pacífico através da diplomacia de defesa e de iniciativas de cooperação marítima com o Sudeste Asiático (SEA, em inglês). Em um desenvolvimento recente, três navios de guerra indianos foram destacados para Manila, nas Filipinas, como parte do envolvimento estratégico da Marinha com países aliados no Mar do Sul da China (MSC). Movimentos semelhantes, como o envio da Guarda Costeira indiana ao Vietnã e às Filipinas em abril e o *Trilateral Maritime Security Workshop*, em maio, têm ganhado força nos últimos anos, em meio ao

que parece ser a resposta indiana à progressão da ordem no Indo-Pacífico.

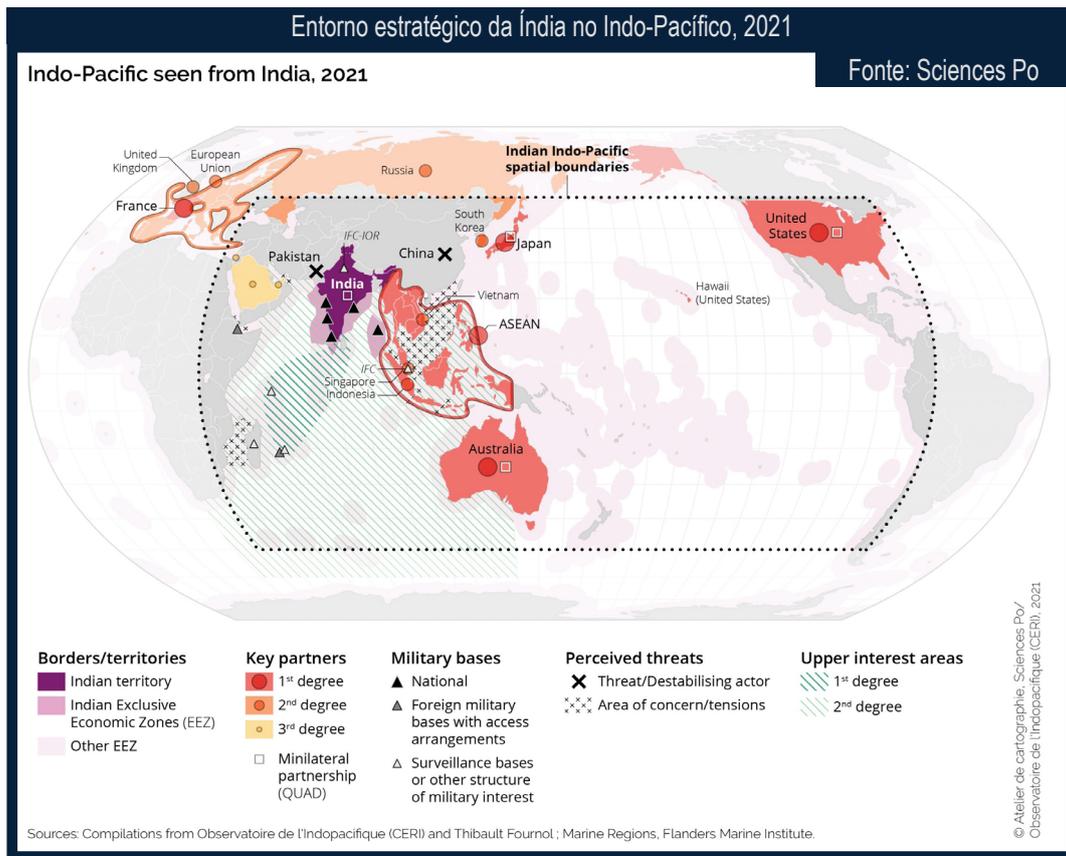
No centro dos esforços estratégicos marítimos da Índia estão suas políticas *Security and Growth for All in the Region* (SAGAR) e *Act East*, lançadas em meados da década de 2010. Enquanto a primeira é voltada para a conectividade marítima na Região do Oceano Índico, a última representa um envolvimento mais ao leste, focando em cooperação estratégica e de segurança com as nações do Sudeste Asiático que compartilham preocupações sobre a assertividade da China na região. Em consonância com essas políticas, a Marinha indiana

prevê proteger as águas do SEA contra ameaças tradicionais e não tradicionais, bem como facilitar o posicionamento da Índia como um importante provedor de segurança regional, seja para venda de armas, exercícios navais conjuntos ou visitas portuárias ([Boletim 195](#)).

Ainda, as relações da Índia com parceiros no Sudeste Asiático baseiam-se não apenas no envolvimento em acordos de defesa, mas também no apoio às disputas por soberania no MSC. Nos últimos anos, pôde ser observada uma mudança significativa na postura neutra da Índia em relação às fronteiras marítimas no SEA. Embora a China reivindique quase todo o Mar do Sul da China, corroborado em seu 2023 *Standard Map*, a Índia, lidando com as suas próprias disputas fronteiriças,

opõe-se e apoia os seus parceiros regionais. Tanto em 2023 como em março de 2024, Nova Delhi emitiu declarações conjuntas com Manila articulando o total apoio da Índia às reivindicações territoriais filipinas — a última emitida em meio a conflitos intensos no MSC ([Boletim 202](#)).

Apesar da atenção crescente que Nova Delhi tem dado ao MSC por meio de maior atuação diplomática e de defesa no Sudeste Asiático, nota-se que o compromisso com a segurança regional e os esforços para equilibrar a presença chinesa ainda são cautelosos. Por fim, pontua-se um envolvimento mais ativo no apoio às normas marítimas internacionais e à soberania.



DOI 10.21544/2446-7014.n203.p14-15

Indonésia: novo objetivo da *Naval Group* no Sudeste da Ásia

Matheus Bruno Pereira

No final de maio de 2024, a fragata francesa “Bretagne”, da classe “Aquitaine”, realizou uma visita a Jacarta, na Indonésia. O acontecimento foi utilizado como oportunidade pela empresa *Naval Group* para a apresentação do modelo da embarcação às autoridades indonésias. Recentemente o país firmou um contrato com a empresa francesa para a construção de dois submarinos da classe “Scorpène” por US\$ 2 bilhões. A apresentação da fragata demonstra a nova investida da empresa europeia, já bem estabelecida no

Sudeste Asiático, que angaria fregueses entre os países da ASEAN ([Boletim 173](#)).

A aquisição de submarinos pela Indonésia está dentro do projeto de modernização das Forças Armadas do país, denominado *Minimum Essential Force*, iniciado em 2009 e que tem como objetivo uma série de aquisições de equipamentos modernos para as três Forças até 2024 ([Boletim 179](#)). O país buscou inicialmente adquirir um total de seis submarinos da classe “Jang Bogo”, do estaleiro sul-coreano *Daewoo*, porém apenas três foram

entregues ([Boletim 201](#)). Embora questões orçamentárias, afetadas pela pandemia, sejam observadas como principal causa para cancelamento dos três “Jang Bogo” remanescentes, há especulações sobre a insatisfação da Marinha indonésia com o modelo.

A entrada da *Naval Group* na Indonésia pode ser vista como resultado de alguns fatores favoráveis, desde as necessidades da Marinha do país a também uma série de acordos diretos entre França e Indonésia para a aquisição de uma grande variedade de equipamentos de Defesa. Contudo, outro ponto a ser considerado é a longa presença da empresa na região: Singapura adquiriu seis fragatas da classe “Formidable” em 2002, com a primeira sendo entregue em 2007 ([Boletim 202](#)); a Malásia possui dois submarinos da classe “Scorpène”, comissionados entre 2009 e 2010; e em 2023, a *Naval Group* realizou uma oferta às Filipinas — que desejam

adquirir seu primeiro submarino — pouco tempo após firmar contrato com Manila para o fornecimento de sistemas anti-torpedo para as fragatas da classe “José Rizal”.

A longa presença da indústria naval francesa na região, com diversos contratos de compra e modernização ainda sendo realizados, favorece a imagem da *Naval Group*, uma vez que os países do Sudeste Asiático, em meio a restrições orçamentárias durante situações delicadas — como a do Mar do Sul da China —, buscam parcerias confiáveis e com aproveitamento máximo, como nos acordos de transferência de tecnologia para essas nações, as quais a *Naval Group* realiza em boa parte de seus contratos. A crescente preocupação de Jacarta das ações de Pequim no Mar de Natuna pode estar sendo vista como uma oportunidade promissora para a empresa europeia.

DOI 10.21544/2446-7014.n203.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

Refugiados climáticos: informalidade e contingência

Nathália Magalhães

A medida que as mudanças climáticas se traduzem em desastres ambientais mais intensos e frequentes, a deflagração de deslocamentos forçados, relacionáveis também a dificuldades de subsistência, aumento da pobreza e outras vulnerabilidades, tornam-se mais frequentes. Ademais, embora o termo “refugiado climático” tenha popularidade, não existe qualquer especificidade a respeito desta categoria no Direito Internacional dos Refugiados (DIR). Dessa forma, não há dever legal dos Estados em acolher esses indivíduos, exceto em situações de aparente conflito e/ou perseguição a determinados grupos. Assim, questiona-se: como a atual conjuntura internacional influencia a questão dos refugiados climáticos?

Nos últimos anos tem ocorrido uma maior incidência de inundações, enchentes e secas sem precedentes ao redor do mundo, com destaque para a porção oriental da África, na qual diversos territórios foram, em boa parte, inundados devido à intensa atividade do *El Niño*. Com isso, estradas, pontes, barragens e residências foram danificadas, desencadeando um deslocamento da comunidade local não protegido pelo DIR. Essa circunstância, somada aos já instáveis quadros econômico e político africano, atua de maneira a acentuar as fragilidades da população. A Somália, por exemplo, enfrenta hoje a instabilidade em sua ordem interna marcada pelo confronto entre grupos armados e infrutíferas tratativas para a paz ([Boletim 147](#)).

O problema intensifica-se dada a tendência

geopolítica global de implementação de reformas das políticas migratórias, em particular a restrição total ou parcial à imigração, que restringem a aplicação do DIR. As justificativas para tal perpassam noções econômicas e culturais: preocupações com gastos públicos, receio à interferência estrangeira em expressões identitárias nacionais, até mesmo a não-adaptação dos refugiados em relação aos costumes manifestados na região e, por fim, o temor infundado de um superpovoamento, em razão do aumento significativo do fluxo migratório nas últimas décadas.

Diante disso, a problemática do refúgio climático perpassa o enfrentamento das anomalias climáticas por meio do comprometimento com a sustentabilidade, dadas as implicações internas e externas da questão climática, como o agravamento de vulnerabilidades socioeconômicas, o esgotamento de recursos e a sobrecarga de áreas contíguas. Reforça-se também a importância da mobilização de recursos humanos e materiais, seja através de remessas internacionais ou por esforços da ordem interna em prol das famílias afetadas, pois não apenas os desastres ambientais já resultaram em mais deslocamentos quando comparados a conflitos e violência, mas também, de modo concomitante, agravam tensões e podem ser catalisadores de conflitos. Desse modo, a vida torna-se insustentável, conforme a demanda por recursos limitados aumenta em um ambiente em deterioração — o que inevitavelmente resulta na migração como alternativa para se sobreviver.

DOI 10.21544/2446-7014.n203.p16.

- ▶ [The Pentagon is learning how to change at the speed of war](#)
THE WASHINGTON POST, David Ignatius.
- ▶ [How China Could Quarantine Taiwan: Mapping Out Two Possible Scenarios](#)
CSIS, Bonny Lin, Brian Hart, Matthew P. Funaiolo, Samantha Lu e Truly Tinsley.
- ▶ [La militarización de las relaciones internacionales: el rearme como nuevo entorno de seguridad](#)
INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, Ana Núñez Cifuentes.
- ▶ [The Road Ahead for Modi and India](#)
PROJECT SYNDICATE, Ian Bremmer.
- ▶ [Germany at a Crossroads](#)
CARNEGIE, Judy Dempsey.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: José Ricardo Araujo e Maria Fernanda Császár

JUNHO

Principais eventos de 14 a 30

13-15



ITÁLIA
CÚPULA DO G7

15-16



SUÍÇA
CÚPULA SOBRE A PAZ NA
UCRÂNIA

20



LUXEMBURGO
REUNIÃO DO EUROGRUPO

24-05



MALÁSIA
EXERCÍCIO DA EQUIPE DE
PEACEKEEPING DA ASEAN

25-27



FRANÇA
2ª REUNIÃO DO GT SOBRE
ANTICORRUPÇÃO DO G20

26-02*



EUA
EXERCÍCIO "RIMPAC"

28



IRÃ
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

30



FRANÇA
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

*de Agosto

REFERÊNCIAS

- **Insegurança alimentar na Colômbia**
[COLOMBIA going through acute food insecurity](#). MercoPress, 25 abr. 2024. Acesso em: 28 abr. 2024.
GONZÁLEZ, Sara. [Las claves de la inseguridad alimentaria en Colombia](#). El País, 17 mai. 2024. Acesso em: 18 mai. 2024.
- **Duas eleições, duas fronteiras, um desejo: controlar as migrações**
[Randy Melzi on Old and New Political Forces in Panama's 2024 Elections](#). AS/COA, 06 mai. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
VERAS, Edlin. [Haitians looking to escape violence and chaos face hostility in neighboring Dominican Republic](#). The Conversation, 14 mai. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
- **Aprofundamento da cooperação Estados Unidos-Noruega no setor mineral**
[Joint Statement from the United States and Norway on Cooperation on High-Standard, Market-Oriented Trade of Critical Minerals](#). The White House, 17 abr. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
[Lockheed Martin sells deep-sea mining firm to Norway's Loke](#). Reuters, 16 mar. 2023. Acesso em: 17 mai. 2024.
- **Seychelles e o papel da cooperação regional no combate à pirataria**
BUEGER, A; ADELIN, R., e CANNON, B. [Anti-Piracy Lessons from the Seychelles](#). War on the Rocks, 23 abr. 2024. Acesso em: 05 jun. 2024.
[Seychelles Demonstrates How Smaller Nations Can Effectively Combat Piracy](#). Africa Defense Forum, 21 mai. 2024. Acesso em: 05 jun. 2024.
- **Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem a condição do Estado Palestino**
[Noruega, Espanha e Irlanda reconhecem Estado Palestino — qual o impacto na guerra em Gaza?](#). BBC News, 22 mai. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
[Slovenia becomes latest European country to recognise Palestinian state after parliamentary vote](#). Euronews, 04 jun. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
- **Fronteiras em Gibraltar: uma resolução ou um potencial fator de crises futuras?**
[Brexit: Gibraltar](#). House of Lords, 01 mar. 2017. Acesso em: 08 jun. 2024.
JONES, Mared Gwyn. [EU and UK 'getting closer' to clinching post-Brexit border and transit deal for Gibraltar](#). Euronews, 16 mai. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
- **O Dragão no Deserto: a projeção chinesa nos Estados Árabes**
FARHAT, Beatrice. [China's largest Arab summit wraps with 'Beijing declaration': What we know](#). Al Monitor, 30 mai. 2024. Acesso em: 05 jun. 2024.
[Xi says China wants to work with Arab states to resolve hot spot issues](#). Reuters, 30 mai. 2024. Acesso em: 05 jun. 2024.
- **Novos desdobramentos das sanções europeias ao GNL russo**
GOLUBKOVA, Katya. [Proposed EU ban on Russian LNG transshipments pose no problems for Asia, EU commissioner says](#). Reuters, 03 jun. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
[Upcoming EU Sanctions Look Set To Block Transshipment of Russian LNG, But Allow Imports](#). High North News, 07 mai. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
- **A parceria Seul-Washington no setor naval**
[Secretary of the Navy Del Toro Meets with Leaders of HD Hyundai and Hanwha in the Republic of Korea, Tours Shipyards](#). United States Navy, 28 fev. 2024. Acesso em: 07 jun. 2024.
[China Trounces Korea Taking Three-Quarters of Shipbuilding Orders in April](#). The Maritime Executive, 08 mai. 2024. Acesso em: 07 jun. 2024.
- **Modi 3.0: perspectivas e desafios**
[World Report: India](#). Human Rights Watch, 2023. Acesso em: 08 jun. 2024.
RISING, David; SHARMA, Ashok. [Third term for Modi likely to see closer defense ties with US as India's rivalry with China grows](#). ABC News, 07 jun. 2024. Acesso em: 08 jun. 2024.
- **Envolvimento estratégico indiano no Sudeste Asiático**
PANT, Harsh V. & BASU, Pratinashree. [The South China Sea Policy Transition: India's Strategic Shift](#). Impact and Policy Research Institute, 25 abr. 2024. Acesso em: 05 jun. 2024.
[THE ECONOMIC TIMES. Indian Navy warships complete Manila visit as part of operational deployment to South China Sea](#). The Economic Times, 23 mai. 2024. Acesso em: 06 jun. 2024.
- **Indonésia: novo objetivo da Naval Group no Sudeste da Ásia**
IDRUS, Pizaro G. [Indonesia to ramp up military spending amid regional security challenges](#). BenarNews, 01 dez. 2023. Acesso em: 06 jun. 2024.
MALUFTI, Fauzan. [France Offers FDI Frigate to Indonesia with Domestic Production Option](#). Naval News, 31 mai. 2024. Acesso em: 06 jun. 2024.
- **Refugiados climáticos: informalidade e contingência**
[Inundações na África Oriental reforçam preocupação com migração climática](#). ONU News, 09 mai. 2024. Acesso em: 16 mai. 2024.
[World Migration Report 2024](#). International Organization for Migration, 07 mai. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [U.N. agency appeals for aid to help Haiti weather hurricane season](#). **Reuters**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemen's Houthi rebels detain 11 UN staffers as well as aid workers in sudden crackdown](#). **AP News**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ISRAEL - Conflito regional: [Gaza's Health Ministry says 274 Palestinians were killed in Israeli raid that rescued 4 hostages](#). **AP News**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Israel white phosphorous attacks on Lebanon harming people and ecosystem](#). **Al Jazeera**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MAR VERMELHO - Ataque às embarcações: [Yemen's Houthi claims strikes on British warship, commercial vessels in Red Sea, Arabian Sea](#). **Daily News Egypt**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MIANMAR - Conflito interno: [UN chief condemns escalating violence and civilian attacks in Myanmar](#). **UN News**, 06 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Suspected Islamists in eastern Congo kill more than 80 in a week](#). **Reuters**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russia appears to make headway in key Ukrainian town of Chasiv Yar](#). **Reuters**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Fighting between two Somalia clans kills at least 55](#). **The EastAfrican**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SUDÃO - Conflito interno: [Sudan's al-Fashir main hospital shut after RSF attack, aid group says](#). **Reuters**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Belarus says it is joining nuclear exercises with Russia](#). **Reuters**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [In Burkina Faso, a growing number of children are traumatized by war](#). **Voice of America**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GUINÉ - Crise sociopolítica: [Les Guinéens en souffrance après le verrouillage des médias en mai](#). **RFI**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- IRÃ - Instabilidade regional: [Iran's 'Pseudo-Election' Campaign Begins Amid Calls for Boycott](#). **Iran International**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- IRAQUE - Crise regional: [Iran-backed militias in Iraq step up warnings of attacks on US troops](#). **The National News**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.

- MALI - Crise sociopolítica: [Mali financial workers union extends strike](#). **Reuters**, 08 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NÍGER - Crise sociopolítica: [Banditry: Over 14,000 persons in IDPs camps in Niger](#). **Daily Post Nigeria**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Panama's Darién Gap sees increase in migrant crossings, data shows](#). **CNN**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SÍRIA - Crise regional: [Eyeing showdown with Hezbollah, Israel presses shadow campaign in Syria](#). **Reuters**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- VENEZUELA - Crise sociopolítica: [La ausencia de los observadores de la UE deja las elecciones venezolanas sin una fiscalización robusta](#). **El País**, 09 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.

► EM MONITORAMENTO:

- AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [24 mothers, 167 infants die in Afghanistan each day, WHO reports](#). **Amu TV**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Armenian protests demand PM's head over concessions to Azerbaijan](#). **Al Jazeera**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- COREIA DO NORTE - Instabilidade regional: [South Korea's loudspeaker broadcasts aimed at North 'prelude to a very dangerous situation', Kim Jong Un's sister warns](#). **ABC News**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [Petro asustado](#). **El País**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Bukele chama gangues de satânicas e diz que apaziguar El Salvador foi um milagre](#). **Folha de São Paulo**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Prisoner Torture and Abuse Rife in Ecuador's Gang Crackdown](#). **Insight Crime**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Nearly 13M in dire need of agricultural assistance in Ethiopia](#). **Anadolu Ajansi**, 08 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GABÃO - Instabilidade política: [Attribution douteuse de la nationalité gabonaise : les députés vont enquêter](#). **Gabon Review**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Esequibo: un territorio en disputa en clave electoral](#). **Cenital**, 08 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ÍNDIA - Instabilidade social: [Manipur violence: 200 evacuated from Jiribam district amid tension](#). **The Hindu**, 07 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: ['Bloody policies': MSF recovers 11 bodies from Mediterranean off Libya](#). **Al Jazeera**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines asserts security independence amid South China Sea tension](#). **Reuters**, 08 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Exército ruandês abate mais de 70 terroristas em Mbau. Carta de Moçambique](#), 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Authoritarian Countries Exploit Latin American Socialist Regimes](#). **Diálogo Américas**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NIGÉRIA - Instabilidade interna: [Nigeria gunmen kill 50 in raid on northwest village, residents say](#). **Reuters**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan PM Sharif vows to 'eliminate terrorism' after 7 soldiers killed in attack](#). **The Hindu**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade sociopolítica: [Central African Republic suspends activities of Chinese mining company](#). **Africa News**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.
- TAIWAN - Disputas regionais: [Quemoy to take bigger role in Taiwan's Han Kuang war games this year, source says](#). **South China Morning Post**, 10 jun. 2024. Acesso em: 10 jun. 2024.